

# **Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais**

Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011

Carlos Brandão

## **Resumo**

Este ensaio procura apresentar os desafios colocados na construção de elementos teóricos-metodológicos para estruturar uma problemática das decisões de sujeitos concretos, histórica e espacialmente constituídos. Propõe um diálogo inicial dessa literatura com a necessária teorização sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise. Investiga as hierarquias de poder de comando, ações e as prováveis cadeias de reações das decisões tomadas por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais. Defende o retorno e o avanço das concepções que, para além de pensar identidades, analisam também interesses, ou seja, questionam a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações na produção de escalas e espaços.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento urbano-regional. Divisão social do trabalho. Escalas espaciais.

## **Abstract**

This essay aims to present the challenges for the construction of theoretical and methodological elements to structure a decision problematic of concrete subjects, historically and spatially constituted. Proposes an initial dialogue of this literature with the necessary theorizing decisions and the command power of the processes under analysis. Investigates the power hierarchies of command, actions and the decisions reactions chain caused by various actors and social agents that operate on different spatial scales. Supports the return and the advance of conceptions that, in addition to thinking about identity, also examine interests, ie, question the dynamics of actors, agents and concrete subjects, social classes and their fractions in the production of scales and spaces.

**Keywords:** Urban-regional development. Social division of labor. Spatial scales.

\* Doutor, Livre Docente e Titular em Economia pela UNICAMP. Professor do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Bolsista do CNPq. E-mail: [brandao@carlosbrandao.org](mailto:brandao@carlosbrandao.org).

## INTRODUÇÃO

A discussão regional e urbana no Brasil, ou a dimensão espacial de seu processo de desenvolvimento, precisa ganhar redobrado interesse e contribuições nesta quadra histórica.

Um balanço das várias experiências internacionais necessita ser recorrentemente realizado e sistematizado para que se aprenda com os acertos, erros e omissões destas. A experiência inglesa, a mais esquecida nos levantamentos históricos, e as mais estudadas — a italiana, a francesa, a americana e a latino-americana —, com destaque para a brasileira, requerem análises detalhadas que possam iluminar a realidade atual e gerar projeções de possíveis trajetórias.

A passagem das elaborações teóricas — um patrimônio científico de mais de meio século — para o balanço das experiências e a sistematização dos desafios analíticos, sociais e políticos para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano-regional não é algo trivial ou que possa ser projeto pessoal de qualquer pesquisador. Deve ser assumido coletiva, social e politicamente pela sociedade, de forma ampla e crítica. Neste sentido, os balanços da literatura e as experiências são muito oportunos e bem-vindos (HAESBAERT, 2010; PORTO, 2009; GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009; DALLABRIDA, 2010; SIQUEIRA, 2010).

Como a dimensão espacial em si já é interface de múltiplas dimensões, nenhum campo disciplinar, de forma isolada, dará conta minimamente da riqueza de determinações deste complexo processo. Ao mesmo tempo, por ser este necessariamente determinado pelo contexto histórico, social e geográfico, também a busca por uma teoria geral e com alto nível de abstração será sempre impossível ou inútil.

A procura por um arcabouço teórico-metodológico que possa informar análises e sugerir instrumentos orientadores de estratégias mais concretas de desenvolvimento urbano-regional deve acionar todo um aparato crítico conceitual que não apenas qualifique o debate,

mas também possa sugerir nova produção social e política do espaço que coloque as questões do poder e dos processos decisórios no centro da análise e da ação.

Propõe-se aqui que o refinamento analítico re-querido passa pela centralidade das decisões e do poder de comando de sujeitos concretos, situados e envolvidos nas disputas diversas (com variados instrumentos) em torno da construção social de determinado espaço, investigando as hierarquias (divisão social do trabalho) e hegemonias de poder de comando, as ações e as cadeias de reação das decisões tomadas (por agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais). Defende-se aqui a necessidade de avaliar o papel de uma reflexão teórica que propõe uma sequência analítica — produção social do espaço / divisão social do trabalho / dimensionamento dos poderes / natureza das escalas espaciais — que não perca as referências do ambiente macroeconômico nacional e da ação do Estado.

## EM BUSCA DE REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS CRÍTICOS PARA A AÇÃO NO TERRITÓRIO

A tradição da área dos estudos urbanos regionais é se concentrar no aspecto da localização das atividades econômicas em um espaço dado. Parte-se da desigual disposição espacial dos fatores de produção e da dotação dos recursos econômicos, a fim de demonstrar que a racionalidade dos agentes — ao tomarem decisões otimizadoras diante de irregularidades e assimetrias — acaba vencendo essas fricções espaciais. A eficiência individual do processo decisório dos agentes quanto à localização contornaria esses obstáculos advindos da insuficiente mobilidade dos fatores e insumos pela distância física anteposta ao intercâmbio. Ou seja, tudo se transformaria em uma questão de distribuição locacional, em um ambiente não construído, mas dado “naturalmente”, inerte, isto

é, conformado pelas forças mercantis, sendo o território tão somente receptor dessas decisões individuais. Conforme apontado mais à frente, este modelo teórico possui nítido caráter atemporal, não espacial e não escalar. Também não há contexto institucional e nem ambiente construído por forças sociais e políticas.

Muito diferentes são as análises da corrente crítica, que ressaltam o processo decisório de disputas, resistências e lutas travadas em torno da produção sociopolítica do espaço social. Assim, os estudos críticos dos processos de desenvolvimento ou subdesenvolvimento em sua dimensão urbano-regional devem se concentrar na análise dos agentes cruciais e seus efeitos de dominação (como em François Perroux e Celso Furtado), buscando entender, orientar e ordenar processos complexos. Analisar até que ponto determinadas ações são mais ou menos “endogeneizantes”, verificar os ritmos diferenciados dos processos econômicos, os nexos de complementaridade intersetoriais, a demanda de insumos e outros elementos da produção que circula entre os ramos produtivos. Entender como determinada inversão se reverte em emprego (e de que qualidade), como se geram determinados excedentes e rendimentos. Mas, sobretudo, a interação permanente entre agentes e sujeitos forja e transforma estruturas, estratégias e determinados campos espaciais e arenas de luta e de conflituosidade. “A existência de comunidades discursivas distintas, de visões de mundo e interesses conflitantes, e as diferenças de recursos dos atores sociais, inclusive comunicacionais, condicionam as práticas de planejamento territorial e suas abordagens” (COSTA, 2008, p. 106).

A divisão social do trabalho deve ser a categoria teórica básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo avanço das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudarem as heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter de qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e se

manifesta a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior. A análise das funções, processos, momentos e formas impostos pelo aprofundamento da divisão social do trabalho torna-se decisiva. Segundo Milton Santos (2002, p. 60):

A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão social do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e sua repartição espacial. A divisão do trabalho social torna diversamente produtivas as diferentes porções de natureza, isto é, atribui a uma paisagem a condição de espaço produtivo. [...] A cada momento da divisão do trabalho, a sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas. A esse processo pode chamar-se de geografação da sociedade.

Assim, esta divisão do trabalho expressa o permanente movimento da reprodução social, sendo importante analisar as intencionalidades dos sujeitos nesse contexto e as modalidades de produção e organização espacial promovidas por eles.

O resgate da problemática da reprodução das classes sociais torna-se crucial para se entender a produção social do espaço e a dimensão urbano-regional do desenvolvimento capitalista, procurando demonstrar que esta é um problemática atinente à existência, ao conteúdo e à natureza de centro de decisão, comando e

direção (versus heteronomia) em todo e qualquer recorte espacial que se proceda à investigação comprometida, envolvendo a análise estrutural de hierarquias e hegemonia. Trata-se de investigar estruturas, dinâmicas, relações e processos. É preciso entender como as diversas facções de classes sociais se estruturaram e como se reproduzem. Quais são seus interesses concretos mobilizados e seus instrumentos e lógicas de ação acionados. Tais processos ocorrem, grosso modo, em vários planos analíticos, níveis de abstração e escalas espaciais.

O exercício teórico-metodológico aqui proposto coloca no centro da análise a problemática das decisões e do poder de comando de agentes e sujeitos concretos, que operam em variadas escalas espaciais nas disputas em torno da produção social de determinado espaço. Conforme apontado no início deste ensaio, propõe-se aqui a seguinte aproximação analítica: produção social do espaço / divisão social do trabalho (intersetorialidade, inter-regionalidade e interurbanidade) / dimensionamento dos quatro poderes / natureza das escalas espaciais.

### **Produção social do espaço**

Infelizmente, em parte ponderável das análises, o espaço, que deveria ser visto como ambiente politizado em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo onde se inscrevem os deslocamentos/ movimentos. Constrói-se uma narrativa espacial e escalar em que o fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos.

Em contraposição a esta interpretação conservadora e hegemônica, a concepção teórica e metodológica a ser aqui adotada é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construídos. No espaço se debatem (compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendidas. O espaço é unidade privilegiada de reprodução social, de processos diversos e de manifestação de conflitualidades. Seu tratamento, portanto, deve se

afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Os espaços são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto, sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões, nas várias escalas espaciais em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa. Grande parte das mediações teóricas e históricas deve ser tecida tomando o objeto escala espacial enquanto construção social e prisma analítico. Neste sentido, o desafio é empreender a interpretação sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um espaço vivo, procurando elucidar os processos a partir dos quais os sujeitos sociais em luta produzem socialmente o espaço e o ambiente construído (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 2006).

### **Divisão social do trabalho**

Esta deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, posto que permeia todos os seus processos em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, esta categoria mediadora é a adequada para se estudarem as heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter de qualquer escala (regional, nacional, internacional).

O referencial teórico-metodológico maior, hierarquizador das questões a serem pesquisadas, é o da divisão social do trabalho. Seu movimento constante modifica, refuncionaliza, impõe lógicas externas, adapta, distingue e revela estruturas e dinâmicas. Promove redistribuições e redefinições incessantes de agentes, atividades, circuitos, funções etc. É o vetor das transformações constantes e perenes nas intertemporalidades e interespaçialidades. Re-aloca recorrentemente pessoas, fatores produtivos, processos e dinâmicas de produção. Especializa, diferencia, particulariza, discerne, separa/une. Coloca em consonância,

concilia, combina, coordena, coteja, confronta. Nesse sentido, os espaços regionais e urbanos são resultantes da operação de diferenciação social e de especialização e diversificação material e da sociedade. Os estudos devem investigar a base operativa, ou seja, o lócus espacial em que se concretizam tais processos e analisar os centros de decisão e os sujeitos históricos determinantes destes.

A divisão social do trabalho em sua expressão espacial representa a redistribuição/realocação permanente e as redefinições incessantes de agentes, atividades, circuitos, funções etc. Representa a categoria-chave analítica, capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e se manifesta a reprodução social no espaço (a partir dos processos de intersectorialidade, interregionalidade e interurbanidade, três manifestações socioprodutivas, regionais e urbanas, da divisão social do trabalho que se pretende destacar neste ensaio).

A intersectorialidade expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, as manifestações territoriais dos processos de produção, de consumo, de distribuição, de circulação. A interregionalidade expressa a coerência no espaço regional de tais processos e destaca circuitos, fluxos e espaços de circulação e reprodução do capi-tal e suas estruturas decisórias. A interurbanidade demonstra a posição em uma divisão interurbana e intraurbana do trabalho social e revela as formas de sociabilidade urbana em dado recorte espacial e as posições dos diversos espaços urbanos em uma relação hierárquica superior.

### **Intersectorialidade ou inter-ramificações**

É necessário analisar as estruturas produtivas localizadas em determinado espaço urbanoregional enquanto densa e complexa é trama da intersectorialidade econômica inerente à produção capitalista. Esse sistema possui uma intersectorialidade marcante e apresenta

ramificações que se encontram em permanentes interações dinâmicas. Neste contexto, os conceitos de aparelho produtivo e sistema social da produção são importantes para entender as coerências e complementaridades econômicas setorializadas, pois são muito diferenciadas as manifestações territoriais dos processos de produção, consumo, distribuição e circulação, que são, por natureza, marcadamente diversificadas também no espaço.

Com o estudo desta dimensão da intersectorialidade é possível analisar a reprodução social, a natureza e o poder das forças produtivas/propulsivas e dos sistemas sociais de produção estruturados em determinado tempo-espaço e averiguar e dimensionar as interações inter-ramificações econômicas, o conjunto de relações e efeitos encadeados e os seccionamentos produtivos que se tecem sob condições técnicas e de mercado totalmente distintas.

Desse modo torna-se necessário entender que o sistema econômico tem uma intersectorialidade marcante e apresenta ramificações que se encontram em permanentes interações dinâmicas. A divisão técnica e social do trabalho promove uma lógica material-produtiva seccionável que compartimenta subdivisões e gera permanentemente os específicos ramos econômicos. Ao mesmo tempo ela é importante para engendrar as coerências e as complementaridades econômicas e socioprodutivas que permitem fugir das visões setorializadas.

Os setores são identificados e qualificados pela sua inserção específica na estrutura produtiva e nas categorias de uso (consumo durável e não durável, intermediários e bens de capital). Os seccionamentos produtivos são elos constitutivos do aparelho produtivo, de se identificarem setores líderes que tenham capacidade de arrastar outros setores e distingui-los de setores de suporte e de outros meramente complementares de atividades dinâmicas, com reprodução do capital social em seus diversos ciclos, porém, tomado em seu conjunto.

Estudar as ramificações, a intersectorialidade, deve ser fundante nos estudos urbano-regionais, pois:

A categoria econômica de ramo, como relações entre produto-mercadoria (reproduzível), processo de produção e processo de circulação, dá um sentido ao conceito de ciclo do capital social investido no ramo” [...] “Esta categoria constitui o quadro em que devemos operar para nos entregarmos a um estudo dos ‘movimentos’ do capital, das fases do seu ciclo global e para situar em seguida as ‘frações’ do capital que interveem no ciclo, ou seja, as frações dominantes (PALLOIX, 1973, p. 24).

O ciclo da fração de capital social invertido no ramo tem um lócus específico de reprodução.

Nestes lugares de reprodução do capital social aparecem as frações dominantes de reprodução do capital social, “segundo o predomínio de tal ou tal processo (produção, circulação etc): capital bancário, capital industrial, capital comercial, profundamente inseridos no quadro regional” (PALLOIX, 1973, p. 29).

Assim, o que se pretende desenvolver em futuras pesquisas são formas de se analisarem os elos constitutivos do aparelho produtivo, de se identificarem setores líderes que tenham capacidade de arrastar outros setores e distingui-los de setores de suporte e de outros meramente complementares de atividades dinâmicas, com forte relação de dependência intersetorial etc. Analisar essa intersetorialidade inserida em determinado ambiente macroeconômico também é fundamental, embora a lógica microeconômica também precise ser examinada. Neste sentido, captar devidamente os determinantes vindos da setorialidade do funcionamento da economia capitalista torna-se decisivo. Esta se apresenta como uma pluralidade de subdivisões, seções e ramos produtivos com marcantes especificidades. Quem trabalha com os impactos e as expressões espaciais, urbano-regionais, de tal dinâmica precisa construir recorrentemente mediações teóricas e históricas complexas para que o campo

da economia política possa realmente prover contribuições com substância para o avanço da investigação sobre o funcionamento das economias e sociedades regionais e urbanas específicas.

### Interregionalidade

Para o entendimento desta dimensão da divisão social do trabalho, importa, tendo por base as orientações metodológicas de Harvey e Braudel, afirmar que o plano analítico inter-regional deve tratar de centrar a abordagem na articulação, coesão e integridade dos processos que se dão em determinado espaço, explicitando seus mecanismos de coordenação e regulação: o que os autores denominaram, respectivamente, coerência estruturada e coerência imposta.

David Harvey (1973, p. 171) inicia suas pesquisas críticas questionando-se sobre os “vários mecanismos de coordenação — modos de integração econômica — que são parte integral da base econômica da sociedade porque é através deles que os vários elementos na produção são reunidos e as diversas atividades socialmente produzidas da sociedade são unidas em algo coerente”. Trinta anos depois, o autor pensa acerca dos espaços urbanoregionais que “alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo — ao menos por algum tempo. Os processos moleculares (da acumulação de capital) convergem, por assim dizer, na produção da ‘regionalidade’” (HARVEY, 2003, p. 88). Convergem também na produção social da inter-regionalidade.

Também Braudel (1979) corretamente se perguntava sobre o “processo de coerência imposta no âmbito de uma economia monetária”.

A literatura crítica recente na área avançou muito ao realizar um tratamento analítico rigoroso dos paradoxos e relações dialéticas entre fluidez/mobilidade do capital, vis-à-vis os processos que são caracterizados pela fixidez das formas de ancoragem espacial dos processos econômicos, sociais e sua crescente faculdade de

acionar/mobilizar/captar/ capturar e reagir às diferenciações territoriais.

Esses paradoxos e contradições devem ser in-vestigados, reelaborando-se categorias analíticas que procurem elucidar a estrutura e a dinâmica dos diversos circuitos, fluxos e espaços de circulação e reprodução do capital, a fim de se lograr apreender o mais relevante dos processos de desenvolvimento em suas dimensões espaço-temporais.

Averiguar estruturas decisórias e a natureza da atuação dos agentes econômicos, por exemplo, do mundo da finança e do mundo produtivo, procurar entender como vai redefinindo-se, na história, o modo de relacionamento entre os heterogêneos espaços urbano-regionais. A acumulação de capital promove a coerência imposta a processos, lógicas e dinâmicas muito diversas e variadas. A articulação, a abertura e a integração de mercados recondicionam as economias aderentes, forçando-as à convergência e à acomodação de suas estruturas, fundando uma dada inter-regionalidade coercionada pelo acirramento da concorrência inter e intraterritorial. Multiplicam-se as interdependências e as complementaridades inter-regionais, que podem acarretar o aumento tanto das potencialidades quanto de suas vulnerabilidades. Metamorfoseia-se a densidade econômica de pontos seletivos no espaço: sua capacidade diferencial de multiplicação, reprodução e geração de valor e riqueza; sua capacidade de articulação inter-regional; o grau e a natureza das vinculações e a densidade dos circuitos produtivos. Mudam-se os núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de atratividade e dominação e geram estratégicos ou não pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação. Diversificam-se os fluxos, o movimento de seus eixos de circulação e seu potencial produtivo, a estrutura socio-ocupacional de seus habitantes etc.

Se até aqui foram ressaltados os aspectos materiais e econômicos da necessária análise das inter-regionalidades de determinado espaço urbano--regional, cabe destacar, por fim, que não

se pode deixar de considerar neste contexto as lógicas territoriais do poder, os processos sociais em sua operação no tempo e no espaço, procurando levar em conta “a competição e a especialização inter-regionais”, pois “o que acontece exatamente quanto à dinâmica interna e às relações externas depende da estrutura de classes que surge e dos gêneros de aliança de classes que se formam” (HARVEY, 2003, p. 88). Torna-se necessário, assim, decifrar o papel das coalizões políticas, das hierarquias (e das coerências construídas espacialmente) e das hegemonias que estruturam os processos sociais em seus vários níveis, instâncias e territórios.

### Interurbanidade

É preciso averiguar recorrentemente as estruturas que conformam a interurbanidade, as relações e interações entre espaços sociourbanos e sua posição no concerto de uma divisão interurbana e intraurbana do trabalho social, conformando uma determinada sociabilidade em variados planos e dimensões espaciais. É também necessário pensar dinamicamente a natureza das formas urbanas de organização social, a reprodução social da existência da vida material que se projeta no espaço urbano.

A pesquisa crítica deve investigar os determinantes do crescimento urbano, as hegemonias das coalizões armadas no espaço urbano e sua projeção desde dentro da rede urbana e do sistema de cidades regionais. Projeção esta que se processa desde o espaço interno da cidade e de seu *hinterland*.

Os processos urbanos devem estar inseridos no complexo tema da reprodução social, produzido pela constante pugna das facções de classes sociais e a consolidação de hegemonias e lutas contra-hegemônicas, analisando as múltiplas frações de capital (mercantil, agrário, industrial, bancário).

É preciso elaborar instrumentos analíticos de uma economia política da manifestação dos processos sociais no espaço urbano, problematizando estruturas e sujeitos produtores

dos espaços intra e interurbanos. Neste contexto, os estudos urbanoregionais devem assumir a conflitualidade inerente e a contenda perene de interesses múltiplos e seus variados loci de possibilidade de concertação, ou não, de projetos em disputa e das coalizões e arco de alianças que vão armando-se em cada conjuntura histórica e territorial.

A rede urbana é constitutiva e constituinte, integrante e estruturadora/articuladora do movimento e da dinâmica da região. É preciso estudar suas permanências, rupturas, normas e ritmos, seu regime de expansão, questionando sua inserção e posição nos sistemas e complexos de cidades existentes em várias escalas espaciais. A rede urbana expressa também uma hierarquia de decisões que são tomadas e que circulam. Ela “é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais” (CORRÊA, 2005, p. 27).

Analisando a dinâmica da interurbanidade cabe observar a estrutura fundiária rural (importante para a dinâmica interurbana que se produz em determinado território) e também a urbana, que preservam clientelisticamente os espaços de reprodução do capital mercantil em suas diferentes faces (imobiliário, comercial, transportes e outros serviços). Quando avança a interiorização pelo *hinterland*, produzem-se variados espaços urbanos, constituindo densas economias urbanas e modernas estruturas produtivas regionais, que acabam por soldar interesses mercantis mais arcaicos em torno da expansão urbana. Geralmente, as cidades e seus entornos vão enredando-se na malha desses interesses patrimonialistas e especulativos e se firmam como uma espécie de “estufa”, campo fértil para o cultivo destas frações do capital mercantil. No território urbano-regional se apresenta uma equação político-econômica eficaz entre os proprietários fundiários, o capital de incorporação, o capital de construção e o capital financeiro, que passam a desfrutar de condições vantajosas e a auferir ganhos extraordinários. Essa coalizão conservadora tem os seus interesses assegurados pelos cartórios, câmaras de vereadores, Poder Judiciário, dentre outros

aparelhos, travando as possibilidades de rompimento com o atraso estrutural e de avançar no direito à cidade e na gestão democrática e popular dos espaços regionais e urbanos. Conjunturalmente, esse amplo arco de alianças conservadoras ganha “ares mais modernos”, promovendo alguma reestruturação nas articulações urbano-regionais do mercado de terras e de moradias e das relações promíscuas entre provisão pública de infraestrutura econômica e valorização fundiária.

Assim é preciso conduzir reflexões que posicionem a questão urbano-regional neste contexto analítico, da discussão dos centros de decisão, do estudo das facções sociopolíticas, a partir da hipótese de que as frações do capital têm papel destacado no pacto de poder oligárquico e financeiro, rentista, e que o patrimonialismo e a apropriação territorial são as principais marcas do Brasil, de seu espaço urbano como lócus do poder e da sociabilidade.

Há processos evolucionários em que as relações interurbanas também se constituíram em mecanismos propulsores de crescimento urbano e criativas formas de transmissão do avanço material capitalista. Desse modo, é fundamental explorar analiticamente os dinamismos intrínsecos aos processos que se desenrolam em um ambiente de diversidade urbana. Estas imposições articuladoras transformam a natureza das vinculações e densificam, diversificam e complementam circuitos, primeiro mercantis e depois produtivos, integrando setorialismos, inter-regionalidades e dinâmicas interurbanas segundo uma divisão social do trabalho crescente e em outro ritmo.

Em suma, muitos desafios são colocados para a construção de elementos teórico-metodológicos que logrem estruturar uma problemática das decisões de sujeitos concretos, histórica e espacialmente constituídos.

Propõe-se aqui um diálogo inicial dessa literatura com a necessária teorização sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise, investigando hierarquias de poder, ações e prováveis cadeias de reação das decisões tomadas por agentes e sujeitos sociais que operam em



variadas escalas espaciais, construindo socialmente determinado espaço. Defendem-se aqui o retorno e o avanço das concepções que, além de pensar identidades, analisem também interesses, ou seja, questionem a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações na produção de escalas e espaços.

A discussão de escalas deve ser tomada como decisivos planos analíticos e níveis de abstração que podem lograr dar sentido à organização da reprodução social da vida, tomando-se a escala enquanto categoria analítica e enquanto categoria da praxis política, cultivando uma perspectiva das variadas escalas espaciais em movimento. Sugere-se buscar o refinamento do arcabouço teórico-metodológico sobre decisões e poder de comando dos sujeitos concretos, situados e envolvidos na construção social de determinado espaço. Assevera-se que dever-se-ia discutir os centros de decisão e seus mecanismos de legitimação, assumindo a conflituosidade e a dinâmica de ação das distintas facções das classes sociais, que elaboram escalas e narrativas escalares de forma dinâmica, não confinadas, mas relacionais.

As escalas espaciais não devem ser tomadas tão somente em sua dimensão ordenada cartográfica-analógica-métrica, mecanicista e geométrica, nem vistas como mera relação de proporcionalidade, dotadas de representação e comensurabilidade de medidas de tamanho e enquanto entidades fixas.

Escalas são inerentemente inexatas e dinâmicas. Não podem ser tomadas enquanto unidades imutáveis ou permanentes, pois são justamente inscritas e esculpidas em determinado espaço e erguidas ou erigidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais. Trata-se de pensar as escalas espaciais enquanto instâncias e entidades em que a vida social é organizada e reproduzida, e não em uma representação cartográfica, afastá-las das concepções restritas e estáticas que as tomam como dados e interpretá-las sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional, contestável, processual e contingente, passando a tomá-las

enquanto lócus e veículo *in situ*, através dos quais as relações socioespaciais se estruturam e operam.

Uma escala só pode ser definida e qualificada apenas em relação às outras. Parte das dinâmicas e lógicas escalares, em geral em particular, jaz justamente nos nexos e coerências interescalares.

Encontrar a escala adequada que defina determinado campo em que análises possam ser realizadas, alianças possam ser construídas e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas é buscar, de forma perene, a escala de observação adequada para a elucidação e tomada na devida conta dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir.

Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir o que e com que meios cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar. A escala também demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras, clivagens e orientações de lutas e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras escalas, ou da mesma.

Todos estes processos escalares são tensos e marcados por assimetrias e desigualdades. Explicita-se, neste contexto, a natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. “A coexistência, simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é o resultado do desenvolvimento geográfico desigual. Mas também é condição para o processo de continuada valorização do capital” (THEIS, 2009, p. 249). O desenvolvimento desigual, envolvendo dominação e irreversibilidade de espaços diferenciais, impõe hierarquias, relações de força assimetricamente constituídas e exercidas. Gravitações, centralidades, isto é, polaridades estão, assim, diversamente

distribuídas no espaço. Há movimentos de atração e repulsão de estruturas com complexidade díspar, com potência assimétrica e heterogênea, configurando lógicas hierarquizadas. A discussão desses processos e forças desemboca na questão terminal do poder diferencial de capacidade de decisão, fruto de uma correlação de forças que está sintetizada na hegemonia. Como síntese, o poder de comando, de dominação de classe, é exercido e legitimado tendo por base determinada equação política, que se configura em um arco de alianças, um pacto de poder, assentado em certa correlação de forças políticas, que dá direção e domínio das condições sociais em determinado território.

Em todas as escalas espaciais é preciso também analisar os agentes não hegemônicos, a concretude de sua reprodução social, material e identitária, sua permanente produção de territorialidades e elaboração de temporalidades, práticas espaciais, experimentações cotidianas em singulares espaços vividos. Portanto é decisivo dimensionar a capacidade de as facções subalternas resistirem, reivindicarem e empreenderem lutas contra-hegemônicas que

ampliem o exercício da cidadania, requalificando recorrentemente sua força contestatória, organizativa, insurgente, de resistência e emancipatória.

Neste contexto, os espaços nacionais não podem se configurar apenas enquanto plataformas de valorização mercantil e financeira, através de formas de acumulação primitiva permanente e/ou por acumulação por despossessão (BRANDÃO, 2010b). É forçoso enfrentar a espoliação urbano-regional (KOWARICK, 1981), isto é, a “somatória de extorsões” e dilapidações que se realizam no território e constituem os processos urbano-regionais nos países periféricos. Ou seja, enfrentar todas as manifestações de espoliação territorial, buscando construir e aglutinar forças políticas e sociais para constituir a justiça territorial e o direito ao espaço social.

Podem contribuir para essas disputas as análises rigorosas das estratégias de acumulação, das pautas de valorização e das agendas políticas dos projetos hegemônicos postos em cada país, cidade ou região, pesquisas hoje insuficientemente implementadas na área dos estudos urbano-regionais.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, p. 101-115, out. 2010a.
- \_\_\_\_\_. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ACSERALD, Henri et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010b. p. 39-69.
- \_\_\_\_\_. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme. XV-XVIII siècle*, v. 3: *Les Temps du Monde*, A. Colin, 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.
- COSTA, Marco Aurélio. Da razão instrumental à razão comunicativa: o percurso do planejamento na modernidade e as abordagens pós-positivistas. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 89-113, ago./dez. 2008.
- DALLABRIDA, Valdir R. *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires / Madrid : Miño y Dávila, 2010.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo; BRANDÃO, Carlos. A formação econômica do Brasil e a questão regional. In: COELHO, Francisco S.; GRANZIERA, Rui G. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009)*. São Paulo: Editora Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- HARVEY, David. *Limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006.
- JESSOP, Bob. Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. *Ideias*, Campinas, v. 14, n. 1-2, IFCH, 2007.
- KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Maspero, 1974.
- PALLOIX, Christian. *Les firmes multinationales et le procès d'internationalisation*. Paris: François Maspero, 1973. 189 p. (*Économie et socialisme*, v. 19).
- PORTO, Edgard. *Um mundo de desigualdades: ??qué desarrollo económico estamos promoviendo?.* Barcelona: Erasmus Ediciones, 2009.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SIQUEIRA, Hipólita. *Desenvolvimento regional recente no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- THEIS, Ivo M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>>. Acesso em: 10 out. 2010.